



**SENADO FEDERAL**  
Gabinete do Senador Veneziano Vital do Rêgo

**REQUERIMENTO N° DE - CI**

Senhor Presidente,

Requeiro, nos termos do art. 58, § 2º, II, da Constituição Federal e do art. 93, II, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública, com o objetivo de debater a implementação de estratégias de prontidão cibernética e proteção preventiva dos bancos de dados governamentais contra eventuais ataques de *hackers*.

Proponho para a audiência a presença dos seguintes convidados:

- a Senhora LAURA CONDE TRESCA, Diretora da Associação Brasileira De Governança Pública De Dados Pessoais (GOVDADOS);
  - o Doutor FABRÍCIO MOTA, Conselheiro Titular no Conselho Nacional de Proteção de Dados Pessoais e da Privacidade;
  - o Exmo. Sr. MARCO EDSON GONÇALVES DIAS, Ministro do Gabinete de Segurança Institucional;
  - o Exmo. Sr. VITAL DO RÊGO, Ministro Vice-Presidente do TCU;
  - o Exmo. Sr. WALDEMAR GONÇALVES ORTUNHO JÚNIOR, Presidente da ANPD – Autoridade Nacional de Proteção De Dados;
  - o Senhor HUMBERTO RIBEIRO, Professor do CIBERLAB – Centro de Prevenção de Incidentes Cibernéticos;
  - o Senhor ROGÉRIO MASCARENHAS, Secretário de Governo Digital (Ministério da Gestão e da Inovação em Serviços Públicos).

SF/23300.76400-51 (LexEdit)

## JUSTIFICAÇÃO

Em um mundo cada vez mais digitalizado, que oferece inexoráveis ganhos de velocidade, precisão e escala à sociedade global, infelizmente os riscos cibernéticos também têm crescido de forma exponencial. A cibersegurança tornou-se uma das principais preocupações das instituições públicas e privadas, e, segundo dados do Fórum Econômico Mundial, pode implicar em um impacto superior a U\$ 7 Trilhões de prejuízos neste ano de 2023.

Neste escopo, a Prontidão Cibernética é uma abordagem estratégica de defesa ativa Preventiva, complementar às soluções tradicionais de segurança interna às organizações, e que visa aprimorar a resiliência dos ativos digitais de forma tanto individual quanto sistêmica contra ameaças cibernéticas. Diante da importância desse tema, torna-se necessário realizar uma audiência pública no Senado Federal do Brasil, no âmbito da Comissão de Infraestrutura, para discutir a oportunidade, viabilidade e respectivos modelos para implementação daquela estratégia.

O Brasil tem sido alvo frequente de ataques cibernéticos nos últimos anos. Um exemplo é o vazamento de dados de 223 milhões de brasileiros em janeiro de 2021, que expôs informações pessoais sensíveis, como CPF, data de nascimento e histórico de crédito.

Outro exemplo foi o ataque hacker contra o Tribunal Superior Eleitoral (TSE) em 2020, que afetou o sistema responsável pela contagem dos votos das eleições municipais. O ataque, que foi atribuído a um grupo de hackers de vários países, não teve sucesso em modificar os resultados das eleições, mas causou instabilidade no sistema e gerou preocupação sobre a segurança do processo eleitoral brasileiro.

Ademais, importante mencionar o ataque hacker sofrido pelo Ministério da Saúde em 2021, que afetou o sistema responsável pelo registro

de mortes por COVID-19. O ataque comprometeu o sistema por cerca de uma semana, atrasando a divulgação de dados importantes para o combate à pandemia e impedindo acesso às informações relativas ao certificado nacional de vacinação e à carteira digital de vacinação.

Esses casos ilustram a vulnerabilidade da sociedade brasileira a ataques cibernéticos e a importância de se implementar instrumentos preventivos para assegurar a confidencialidade, integridade e disponibilidade dos ativos digitais relevantes para o desenvolvimento nacional.

Deve-se ressaltar que no domínio cibernético, a abordagem preventiva é a que traz o melhor retorno sobre o investimento contribuindo, assim, de forma eficiente para a resiliência nacional.

Nesse sentido, a audiência pública proposta visa debater soluções para assegurar à sociedade brasileira um ambiente digital mais seguro e estável, indutor da competitividade de nossas cadeias produtivas, confiabilidade das nossas instituições, e bem-estar dos nossos cidadãos.

Por fim, é importante ressaltar que a proteção dos bancos de dados governamentais é uma responsabilidade do Estado, e sua violação pode ter graves consequências para a sociedade. Assim, a realização de uma audiência pública no Senado Federal do Brasil é uma iniciativa crucial para debater o tema e buscar soluções que possam garantir a segurança dos sistemas de informação do governo brasileiro.

Sala da Comissão, 8 de março de 2023.

**Senador Veneziano Vital do Rêgo  
(MDB - PB)**